



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Ata da 178ª reunião, realizada em 5 de setembro de 2018

1 Em 5 de setembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente
5 Germano Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável; e o suplente Anderson Silva de Aguiar.
7 Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de
8 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Lino Ramos do
9 Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); André Port Artur de Paiva
10 Torres, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Marcela
11 Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de
12 Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop);
13 Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de Cidades e
14 de Integração Regional (Secir); Marcos Henrique de Souza Lima, da Secretaria de
15 Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
16 (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);
17 Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF);
18 Geraldo Vitor de Abreu, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
19 (Seda); Sayhonara Araújo Ferreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e
20 Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Cristiano Ferreira de
21 Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Francisco Chaves Generoso,
22 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Julio Cesar Dutra Grillo, do
23 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
24 (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios
25 (AMM). Representantes da sociedade civil: Renato Ferreira Machado Michel, da
26 Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto
27 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
28 Gerais (Faemg); Diogo Dias Gonçalves, da Federação das Indústrias do Estado
29 de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e
30 Pequena Empresa; Guilherme Gonçalves Teixeira, da Federação dos
31 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos
32 de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento
33 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena
34 Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
35 Paulo José de Oliveira, da Associação Pró-Pouso Alegre (Appa); Gleyber Ferreira
36 e Silva Carneiro, da Kaluana Upiara Conservação e Gestão Ambiental; Carlos
37 Ernest Dias, da Associação de RPPNs e Outras Reservas Privadas de Minas

38 Gerais (Arpemg); Gustavo Henrique Wykrota Tostes, da Organização Ponto Terra;
 39 Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas
 40 Gerais (PUC Minas); Paula Regina Balabram, da Universidade Fumec; Alírio
 41 Ferreira Mendes Júnior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
 42 (Crea); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME).
 43 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
 44 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Germano Luis Gomes Vieira
 45 declarou aberta a 178ª reunião do Plenário do COPAM. **3) COMUNICADOS DOS**
 46 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
 47 “Na reunião passada, APPA, através do seu representante, o Paulo, solicitou que
 48 o Ibama apresentasse aqui hoje um relatório sobre o acidente ocorrido no
 49 mineroduto Minas-Rio. Eu estou aqui com o relatório, são três páginas, e não sei
 50 se é do interesse de todos que eu leia as três páginas ou se poderia simplesmente
 51 entregar o relatório, e ele ser anexado à ata.” Presidente Germano Luis Gomes
 52 Vieira: “Eu sugiro ao senhor encaminhar à mesa e peço à Secretaria Executiva
 53 que entregue uma via direto ao conselheiro, mas também que, por e-mail, circule
 54 para todos os demais conselheiros. E se alguém tiver uma dúvida, nós voltamos a
 55 discutir o assunto em uma próxima oportunidade.” Conselheiro Gustavo Henrique
 56 Wykrota Tostes: “Tendo em vista a iniciativa dessa gestão da informatização de
 57 todo o sistema do Sisema, de todos os procedimentos, eu estou indo agora nos
 58 dias 26 e 27 de setembro a Brasília, no 2º Congresso Internacional de Direito,
 59 Governo e Tecnologia, que é o próximo passo da informatização, a questão da
 60 inteligência artificial, inclusive usada como ferramenta de decisão e de impulso
 61 dos processos administrativos no âmbito governamental. Eu acho que seria
 62 interessante a SEMAD designar representante para estar se fazendo presente
 63 nesse evento. A organização é da OAB, da Universidade de Brasília, da Bar
 64 americana (American Bar Association), do Centro de Estudos da Sociedade de
 65 Advogados.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Fica o convite também a
 66 todos que tenham interesse, mas de nossa parte eu agradeço, nós nos
 67 interessamos muito, e vou pedir à Secretária Executiva para fazer contato com a
 68 área de geoespacialização da informação e a área da subsecretaria para que
 69 tenham o interesse. O Breno Lasmar também está aqui presente. Vamos
 70 pesquisar sobre esse encontro internacional de Brasília, eu acho que tem tudo a
 71 ver com o trabalho que vocês vêm desenvolvendo na subsecretaria.” Conselheiro
 72 Paulo José de Oliveira: “Eu queria primeiro agradecer a acolhida do nosso pedido
 73 pelo Julio, do Ibama. Eu tenho certeza de que vai esclarecer mesmo para nós a
 74 situação, e para nós é bom quando somos ouvidos. Em segundo lugar, eu quero
 75 só aproveitar, já que o Plenário se reúne com menos frequência, e nós teremos
 76 mais uma reunião em dezembro, então, tenho que adiantar um convite. A APPA
 77 está realizando, junto com o Espeleogruppo Pains, da região do Alto São
 78 Francisco, e eu gostaria que todos já se sentissem convidados, porque para nós é
 79 importante envolver as entidades e os órgãos no trabalho que fazemos lá no Alto
 80 São Francisco. Então, de 2 a 4 de novembro, nós vamos realizar lá um encontro

81 estadual de espeleologia, dos grupos de espeleologia, quando estaremos fazendo
82 um trabalho de prospecção para embasar melhor o nosso pedido reivindicatório de
83 criação da unidade de conservação lá. Então, queremos, de imediato, contar com
84 o apoio dos órgãos e também das entidades aqui presentes. No ano passado, nós
85 fizemos aquele de bioespeleologia, e esse vai ser de grupos de espeleólogos. Na
86 verdade, serão vários grupos, inclusive, já teve adesão de grupos de São Paulo e
87 de vários locais do país, que já estão se credenciando para participar desse
88 evento. Na sexta-feira, nós teremos discussão de grupo, palestras, apresentação,
89 e no sábado e domingo vai ser trabalho de campo, onde os grupos estarão
90 fazendo as prospecções. Então, vai se realizar em duas localidades. No dia 2, em
91 Pains, com apoio da prefeitura e do pessoal da região. E nos dias 3 e 4 vai ser
92 trabalho de campo. Nós estamos já com a parceria da colônia de pescadores para
93 receber todo o pessoal que for participar desse evento. O principal mesmo é o
94 objetivo dele, que é a criação da unidade de conservação, para a qual nós
95 contamos com apoio de todas as entidades e todos os representantes aqui dos
96 órgãos. Todos vão receber o convite oficial em mãos. Provavelmente, até o final
97 do mês, estaremos encaminhando esse convite.” Presidente Germano Luis
98 Gomes Vieira: “Foi importante o senhor antecipar porque já deixamos marcada na
99 agenda a participação dos técnicos. Agradeço o convite e parabenizo de novo
100 pela iniciativa.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu gostaria de fazer um
101 comentário sobre a última reunião, de 20 de junho. ‘Na ata do Plenário do
102 COPAM, consta manifestação do conselheiro Julio César Dutra Grillo,
103 superintendente do Ibama no Estado de Minas Gerais, que despertou a
104 preocupação junto ao Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) aqui representado.
105 Foi afirmado, na época, pelo conselheiro: ‘As barragens de rejeito que estão aí
106 vão cair’. Outra frase: ‘Algumas delas vão cair. É um histórico.’ Nesse contexto,
107 gostaríamos de fazer a seguinte manifestação ao tempo em que pedimos para
108 constar em ata. 1º) A ruptura da barragem de Fundão, em 6/11/2015, foi um
109 acidente de grandes proporções que custou a vida de 19 pessoas e provocou um
110 grande impacto socioambiental cuja recuperação é um desafio gigantesco. O setor
111 mineral lamenta profundamente o ocorrido. A reputação do setor foi duramente
112 impactada em escala mundial, o acidente provocou mudança de gestão de
113 segurança de estrutura de disposição de rejeitos não apenas no Brasil, mas
114 mundialmente. Muitas ações foram e ainda estão sendo apreendidas pela
115 mineração como em todo o mundo. 2º) A manifestação do conselheiro não
116 reconhece o trabalho hercúleo que foi conduzido pelo governo de Minas Gerais,
117 especialmente pela SEMAD, no contexto pós-acidente. Todas as barragens de
118 mineração no Estado com alteamento a montante passaram por um rigoroso
119 processo de auditoria extraordinária, independente, do qual resulta um relatório
120 público sobre condições de estabilidade. 3º) O conselheiro também não reconhece
121 que o DNPM, autoridade nacional responsável pela fiscalização de barragens de
122 mineração, conforme a Lei 12.334/2010, que preconiza a Política Nacional de
123 Segurança de Barragens, também conduziu outra auditoria extraordinária,

124 independente, do mesmo contingente de barragens, e igualmente os resultados
125 foram tornados públicos quanto às condições de estabilidade dessas. 4º) O
126 representante do Ibama também deixou de considerar que a principal normativa
127 do DNPM para gestão de barragem de mineração, a Portaria nº 70.389, de
128 17/3/2007, passou por profundos aperfeiçoamentos incorporando muitas lições
129 que foram aprendidas com o acidente de Mariana. A normativa é extremamente
130 moderna e traz novos instrumentos de transparência, como o Sistema Integrado
131 de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGMBM), ferramental de
132 tecnologia de informações que permite uma supervisão muito mais constante e
133 praticamente on-line da segurança de barragens. 5º) O conselheiro também não
134 considerou as profundas mudanças que foram introduzidas nas normas da ABNT
135 13.028, para projetos de barragem da mineração, e 13.029, para projetos de
136 pilhas de estéril, que representam um novo patamar normativo que nada deve em
137 relação às melhores normas mundiais. Muitas lições importantes aprendidas com
138 o acidente de Mariana foram incorporadas na nova norma, com destaque para os
139 ensaios sobre o potencial de contenção de rejeitos.’ Em suma, existem milhares
140 de barragens em todo o mundo destinadas aos mais variados usos, com a
141 contenção de água e geração de energia e controle de enchentes, recreação,
142 perenização de recursos e também para contenção de rejeitos industriais de
143 mineração. O Ibram quer enfatizar que demonizar as barragens não é certamente
144 o caminho muito correto para dialogar com a sociedade, notadamente onde o
145 setor participativo não é só a academia mineira nos vários centros universitários
146 denotados nas atividades, assim como a interrelação desse setor com os
147 principais centros de pesquisa e ensinamentos de reconhecimento mundial que se
148 dedicam a essa atividade da engenharia. É o nosso comunicado.” Conselheiro
149 Julio Cesar Dutra Grillo: “Na penúltima reunião da Câmara de Atividades
150 Minerárias, o representante do Crea nos chamou atenção que tínhamos em Belo
151 Horizonte um congresso do Ibram. Eu solicitei, fui convidado pelo representante
152 do Ibram e compareci nos três dias. No primeiro dia, tinha na mesa cinco
153 presidentes de grandes empresas na área de mineração. Quando eles acabaram
154 suas exposições, todas muito boas. Aliás, deixo ressaltado novamente, foi um
155 congresso de altíssimo nível, de altíssima qualidade, com ótimos palestrantes.
156 Mas esses cinco presidentes – eu fiz a pergunta – foram unânimes em dizer que
157 não existe segurança total para rompimento de barragens, não existe risco zero. A
158 minha pergunta foi justamente para obter essa resposta. E depois, em outras
159 apresentações, como parte da resposta de um desses presidentes, ficou claro que
160 o que pode segurar o rompimento de novas barragens é uma gestão de risco.
161 Posteriormente, nós convidamos, e a Vale do Rio Doce foi ao Ibama, nos fez uma
162 belíssima apresentação, e da apresentação constavam, entre outros temas, o que
163 eles fariam em cima de gestão de risco, o que era o trabalho deles em cima de
164 gestão de risco, quais eram as alternativas àquela disposição de rejeitos. Agora,
165 eles estão no balanço deles, inclusive, deixando um item que é justamente uma
166 reserva para fazer a desmobilização de barragens. Aquilo nos deu algumas

167 esperanças e consolidou uma expectativa. A expectativa é a seguinte. No mundo
168 inteiro hoje e até pouco tempo atrás, nós tínhamos uma média de dois
169 rompimentos de barragens por ano. No Brasil, em 15 anos, tivemos sete. Quer
170 dizer, uma, aproximadamente, a cada dois anos. E por que isso? É justamente
171 porque isso tudo está assentado sobre uma gestão de risco. E uma coisa é gestão
172 de risco que faz uma empresa como a Vale, outra coisa é a gestão de risco que
173 faz uma empresa que não tem o nível de qualificação de uma Vale ou de uma
174 Samarco. Vamos lembrar que a Samarco era elogiada como sendo o estado da
175 arte desse tipo de trabalho, e rompeu. Então, nós temos 702 barragens no Estado
176 de Minas. Não estou dizendo que as fiscalizações não estejam sendo feitas de
177 forma adequada. Mesmo na Samarco, a fiscalização tinha sido feita pouco tempo
178 antes do rompimento. O fato é que essa continua sendo uma espada sobre as
179 nossas cabeças, porque depende de quem estará ali gerenciando aquele risco. Se
180 nós vamos ter barragens desse tipo daqui a 25 ou 30 anos, pode ser que a
181 pessoa que esteja à frente dessa gestão de risco cometa negligências. Pode ser
182 que este ano haja uma negligência, porque são muitas e de diversas empresas e
183 com níveis de qualificações diferentes. E infelizmente, quando se trata de
184 barragem, porque o Ibram defende todas, de todas as minerações, nivelamos por
185 baixo. Se nós estivéssemos discutindo empresas com um nível de qualificação
186 alto, talvez as coisas não fossem colocadas de forma tão incisiva. Mas o Ibram
187 tem se caracterizado por nivelar a defesa desses empreendimentos por baixo, e
188 eu acho isso péssimo. Na hora que um representante aqui de Ibram, Fiemg,
189 Sindiextra tenta estabelecer uma comparação entre uma barragem de rejeito e
190 uma barragem hidrelétrica, isso desqualifica a discussão, que deveria ser técnica,
191 e desqualifica porque as duas barragens não têm os mesmos processos de
192 construção, e os impactos gerados pelo rompimento das duas são completamente
193 distintos. De uma barragem, vai ter um impacto tipo de cinco a dez anos, vai matar
194 gente, vai perder a agricultura, vai perder parte do meio ambiente, mas se
195 recupera. No caso de uma de rejeito, nós estamos vendo agora no caso do rio
196 Doce. Como é que nós vamos recuperar aquilo, de fato? É muito complicado.
197 Essa é a minha posição. E continuo à disposição do Ibram para poder discutir e
198 aprofundar essa questão de barragens de rejeitos e de como é que nós
199 poderíamos estabelecer padrões mínimos. Porque tentamos fazer isso através da
200 legislação estadual e infelizmente tivemos o mesmo tipo de argumentação.”
201 Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu só gostaria de lembrar um assunto que
202 levantei agora recente aqui. A partir de 17/3/2017, a Portaria 70.389, do DNPM,
203 passou toda a questão de gestão de barragens exatamente como nó fizemos
204 referência.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu acredito que às vezes a
205 letra fria da ata não corresponde exatamente com aquilo que às vezes desejamos
206 dizer ou explicar. Eu acredito que o senhor fez o esclarecimento e que fica bem
207 assente no recado que não há uma generalização, obviamente, do que foi
208 transcrito na ata, mas questões pontuais. Do ponto de vista da nossa tarefa de
209 órgãos públicos licenciadores, tal como o Ibama é em nível federal,

210 possivelmente, tem os seus empreendimentos como também infraestrutura de
211 barragens descritas no projeto, nós também, estaduais, dependemos sempre de
212 uma legislação eficaz e muito objetiva, pontual, tal como agora a Agência de
213 Mineração busca fazer através da sua atualização e das suas novas
214 metodologias, tanto de exigência de auditorias, bem como dos sistemas de
215 informação que possam, a par e passo, estar acompanhando essas estruturas. Do
216 nosso papel de órgãos licenciadores, além do programa de gestão de barragens,
217 que foi feita menção pelo conselheiro, que é o único programa dessa natureza no
218 Brasil, que é encabeçado aqui pela FEAM, cujo presidente está aqui presente, nós
219 fazemos o acompanhamento das auditorias de segurança de barragem como um
220 programa de gestão das informações e o acompanhamento dos relatórios e das
221 recomendações feitas pelos auditores. E para além do que é o nosso poder de
222 polícia, para não desrespeitar a Lei 12.334/2010, tão logo se identifique alguma
223 questão não sendo cumprida pela recomendação do conselheiro, imediatamente,
224 nós comunicamos à Agência de Mineração para ter um cuidado específico com
225 aquela estrutura, bem como o comunicado direto à Advocacia Geral do Estado,
226 que tem feito um trabalho muito assertivo nesta gestão do Dr. Onofre e do Dr.
227 Lyssandro, que passaram a figurar nos polos ativos das ações civis públicas para
228 exigir o cumprimento de medidas emergenciais para garantir estrutura desses
229 projetos hoje existentes em Minas Gerais. Nós estamos falando, obviamente, de
230 setecentas e tantas estruturas das quais cerca de 400 são de rejeito de
231 mineração, não são todas que estão no nosso BDA, das quais apenas 10% têm
232 um nível de porte maior pela classificação que a DN deste Conselho assim o fez.
233 Apenas para registrar essas nossas ações fiscalizatórias e de monitoramento,
234 muito vezes, inclusive, em parceria com o Ibama.” Conselheiro Diogo Dias
235 Gonçalves: “Eu queria apenas me apresentar. Eu sou o novo responsável pela
236 defesa da indústria, da Fiemg, vindo da gestão do nosso novo presidente, Flávio
237 Roscoe, e estou aqui com vocês neste Conselho aberto e disponível para todos,
238 para contribuir.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu queria fazer o
239 registro, aproveitando a fala do conselheiro Paulo, de que nós teremos uma
240 reunião do Plenário em dezembro. Possivelmente, será a última reunião do
241 Plenário da gestão dos atuais conselheiros na composição que nós temos, porque
242 iniciaremos um processo eleitoral de recomposição do Conselho. Nós temos o
243 edital já pronto, já encaminhado para poder ser publicado, e a partir daí todo o
244 trâmite de um edital realmente de eleição da composição da sociedade civil, e nós
245 temos algumas regras, que eu costumo dizer que são cláusulas pétreas, que já
246 estão na lei que vai reger esse edital, previstas na lei que está em vigor, mas nós
247 temos alguma capacidade de fazer uma regulamentação para conduzir um edital
248 que seja eficaz e realmente cumpra um papel de deixar os Conselhos cada vez
249 mais vivos, mais atuantes. Eu pedi para a Secretaria Executiva, através do
250 assessor de Relações Institucionais e Educação Ambiental, André Ruas, com
251 apoio da minha assessoria, o Augusto Lio Horta, para fazer uma reunião pública
252 para apresentação desse edital para talvez colher alguma outra contribuição que

253 vocês queiram fazer, antes mesmo da sua publicação. Às vezes, tirar dúvidas,
254 esclarecer por que tais e tais medidas foram as escolhidas pela Secretaria
255 Executiva para conduzir esse processo, sempre para dar mais lisura, diminuir os
256 conflitos de suspeição, de impedimento. Em Câmaras Técnicas talvez que não
257 estejam cumprindo um papel eficiente, nós precisamos otimizar a reunião de uma
258 outra Câmara Técnica ou de Unidades Regionais Colegiadas, os critérios dos
259 impedimentos de se candidatar em reeleição, o que está previsto na lei, e nós
260 precisamos regulamentar. Ou seja, tudo isso, muitas entidades sempre me
261 participaram o assunto de que muitos conselheiros – o segundo candidato mais
262 votado acaba por ser suplente, para que pudesse exercer o seu direito a suplência
263 – acabavam trocando ou indicando o próprio conselheiro da instituição titular para
264 aquela específica reunião, aí não dava condições. Ou seja, então, não faz sentido
265 ter primeiro e segundo suplentes, mas que talvez uma única entidade indique o
266 seu primeiro e o seu segundo suplentes. Então, são regras desta natureza que eu
267 gostaria de apresentar para os representantes do Plenário, que acaba por ser um
268 quadro geral de todo o COPAM de Minas Gerais. A reunião vai ser no dia 21 de
269 setembro, às 14h, aqui neste Plenário, e nós discutiremos e apresentaremos esse
270 cenário para todos os senhores.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu observei
271 também uma crítica a essa proposta do novo edital. Se for possível, nos
272 atentarmos a isso. Porque me parece que as ONGs que já estão, pelo que foi
273 observado, não poderão se recandidatar, mas as entidades que não ONGs
274 podem. Então, já é uma questão bem incoerente. Se realmente for dessa forma,
275 que seja democrático, que todos não possam ou que todos possam. Por que só as
276 ONGS não podem, mas os órgãos classistas podem? Então, fica meio incoerente
277 essa questão, e acho que tem que haver também uma democracia nessa
278 composição não só para as ONGs.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Está
279 registrado. Essa é uma das preocupações que nós temos também, mas, como eu
280 fiz o registro, nós temos uma lei realmente orientadora e as indicações que são
281 feitas, pelo próprio secretário, desses segmentos, que não são eleitas, mas não
282 entidades representativas de um determinado segmento. Está é a minha primeira
283 gestão com os senhores, e junto nós fizemos a primeira gestão do novo COPAM.
284 Eu não sei quem continuará para fazer a segunda gestão. Mas,
285 independentemente de estar na legislação, eu acho que é uma atenção que o
286 presidente do COPAM tem que ter. E também um outro registro que você fez
287 sobre a questão da eleição, aí também é a questão do ‘mens legislatoris’, da
288 intenção do legislador, quando disse que a reeleição não poderia se dar para
289 aqueles que são votados, ou seja, aqueles que podem fazer jus a uma
290 candidatura, é porque em muitas dessas instituições, como as públicas, por
291 exemplo, nós temos os servidores públicos que acabam sendo os representantes
292 dessas instituições. Então, se você diz que aquele servidor público não pode
293 participar, a própria entidade fica inviabilizada, porque às vezes aquela é a pessoa
294 que está representando aquelas instituições naqueles conselheiros. Então, tem a
295 própria vinculação pública. Por isso nós temos que dividir os segmentos públicos

296 dos segmentos privados. Mas isso tudo está lá pensado no edital, eu acredito que
 297 na reunião do dia 21 nós possamos debater melhor, e buscando mesmo publicar
 298 esse edital já no mês de outubro para seguir a primeira fase do processo eleitoral
 299 ainda neste ano, que, pela primeira vez, vai ser totalmente digital. Não só a parte
 300 de candidatura via sistema SEI, mas também o processo eleitoral de votação.” **4)**
 301 **EXAME DA ATA DA 177ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a
 302 ata da 177ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental,
 303 realizada em 20 de junho de 2018, com retificação na linha 808: “setor da
 304 aquicultura”. Registrada abstenção da Kaluana. **5) PRÊMIO NATUREZA GERAIS**
 305 **E INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO. Apresentação: Assessoria de**
 306 **Educação Ambiental e Relações Institucionais (ASSEA/SEMAD).** Após
 307 exposição por André Luis Ruas/SEMAD nesta sessão, o Plenário do COPAM fez a
 308 indicação dos membros para compor a comissão julgadora do Prêmio Natureza
 309 Gerais: Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de
 310 Cidades e de Integração Regional (Secir), e Geraldo Vitor de Abreu, da Secretaria
 311 de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), como representantes do poder
 312 público; Gleyber Ferreira e Silva Carneiro, da Kaluana Upiara Conservação e
 313 Gestão Ambiental, e Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da Pontifícia Universidade
 314 Católica de Minas Gerais (PUC Minas), como representantes da sociedade civil. O
 315 conteúdo da apresentação do Prêmio Natureza Gerais foi disponibilizado no site
 316 da SEMAD. **6) ESTRATÉGIAS ESTADUAL DE CONTROLE DE ORIGEM DE**
 317 **PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS. Apresentação: Instituto**
 318 **Estadual de Florestas (IEF).** Márcio Marques Queiroz/IEF fez apresentação do
 319 Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor). O
 320 conteúdo da apresentação do Sinaflor foi disponibilizado no site da SEMAD.
 321 **Debates.** Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Antes dos conselheiros, eu
 322 queria fazer aqui algumas falas mais institucionais. Primeiro que a adesão ao
 323 Sinaflor vai realmente em convergência com as nossas políticas na Secretaria de
 324 dar transparência aos processos, celeridade, organicidade, participação, ou seja,
 325 ciência do que está acontecendo do lado de cá do balcão. Isso tudo o sistema
 326 Sinaflor vai possibilitar. De um outro lado, eu acho que vai possibilitar também que
 327 o Ibama conheça o Brasil enquanto Brasil. Então, eu acho que vai ser uma
 328 excelente ferramenta de gestão e de fiscalização para o órgão federal.
 329 Atualmente, eu estou como vice-presidente da Abema, associação que reúne os
 330 órgãos estaduais de Meio Ambiente. Alguns Estados não estão satisfeitos com o
 331 sistema Sinaflor, mas eu vejo isso com muita tranquilidade, o porquê que eles não
 332 estão satisfeitos. Quando se optou pela adesão, havia duas possibilidades. Aderir
 333 ao sistema, manter apenas o sistema federal, que foi a opção de Minas Gerais. E
 334 uma outra possibilidade, que alguns Estados acertaram, foi para manter os seus
 335 sistemas estaduais e fazer com que eles dialoguem com o sistema federal. Em
 336 uma primeira estratégia, você mantém toda a tecnologia de informação de um
 337 único órgão, no caso o Ibama, que tem trabalhado incansavelmente para isso. Aí
 338 eu tenho que registrar e fazer um parêntese. Grillo, eu queria que você levasse os

339 agradecimentos para a Sueli, porque Minas Gerais realmente tem um tratamento
340 diferenciado com a questão do sistema Sinaflor. Todas as customizações
341 solicitadas, as notas técnicas que o IEF tem feito são de pronto feitas pela equipe
342 da diretoria da Ana Alice e pelo André Sócrates. Então, nós realmente tivemos
343 uma atenção especial do Ibama, e para todos do Sinaflor fica o agradecimento à
344 Sueli. Inclusive, o sistema Sinaflor nos dá uma tranquilidade de segurança de
345 operacionalidade. Na prática, é aquele sistema que não cai. Ela investiu tudo que
346 disse que tinha e que não tinha para os servidores que mantêm o sistema Sinaflor,
347 que hoje pode cair a luz da Asa Norte inteira que o Sinaflor continua funcionando,
348 porque ele tem essa modernidade do ponto de vista técnico. Realmente, foi um
349 dispêndio muito grande do Ibama para a sua TI. Ou seja, não se faz mais nada
350 hoje lá no Ibama federal de TI que não seja realmente atender hoje os Estados
351 com o Sinaflor. E quem utilizou a segunda estratégia tem um problema que é a
352 questão da própria dificuldade de tecnologia de informação. Então, são duas TIs
353 conversando: a do Ibama e a desses Estados. Nós não temos esse problema em
354 Minas Gerais porque nós optamos pela utilização integral do sistema Sinaflor com
355 as necessárias customizações. Então, isso se relaciona com o que o Márcio disse
356 da questão da manutenção do processo físico. Até quando? Até quando nós
357 tivermos a convicção completa de questões de segurança que foram solicitadas
358 pelas próprias customizações. Então, o Ibama já tem conhecimento e já tem
359 trabalhado. Quando estamos falando de segurança, 'quer dizer que tem um
360 sistema que não é seguro'. Não é isso, são questões que vão ajudar muito na
361 prática a fiscalização do IEF, a fiscalização da polícia, de saber exatamente se
362 tem uma assinatura eletrônica, não é apenas um impresso do sistema. Se a área
363 que foi realmente descrita para intervenção ambiental é aquela que está lá na
364 autorização para que o fiscal possa realmente bater o olho, ver e bater no
365 documento. Para que não tenha que consultar um sistema em um local, por
366 exemplo, que não tem acesso à internet. Então, são essas questões que nós
367 solicitamos de customização, que vai nos dar uma segurança maior do ponto de
368 vista de fiscalização em campo. E nós estamos tão avançados que em Minas
369 Gerais, por exemplo, nós fizemos um quiz na última reunião da Abema. Nós temos
370 entre empresas cadastradas ou interessados cerca de 960. O segundo Estado
371 com mais cadastros é o Amapá, com 300. Então, nós estamos três vezes mais à
372 frente do que o segundo colocado com mais adesões ao sistema Sinaflor. De
373 empreendimentos, nós estamos com 1.500, e o segundo colocado, bem inferior.
374 Nós vamos começar a avançar a partir de agora com a questão das autorizações.
375 E para as autorizações o Sinaflor precisa habilitar os servidores para fazerem as
376 devidas autorizações. Então, nós temos, obviamente, compartilhado com o IEF as
377 competências decisórias. Na SEMAD, processos vinculados ao licenciamento. No
378 IEF, aqueles solteiros, descasados de um licenciamento. Então, precisamos de
379 celeridade só nesse ponto, da habilitação de servidores para que possam já dar
380 as autorizações dentro do sistema. E aquelas autorizações que foram dadas pós 2
381 de maio, fora do sistema, nós estamos condicionando justamente para que em um

382 prazo adequado possamos migrar a informação que só ficou no físico para o
383 sistema eletrônico, para que não tenha nenhuma pendência de informação
384 constante ali no sistema eletrônico. O ponto que eu queria destacar para vocês é
385 específico, e eu queria ouvir a opinião do Conselho, porque é uma questão de
386 política realmente do Estado. É o que o Márcio falou sobre a questão do selo de
387 origem florestal. A opção e proposta que o IEF está colocando para a Secretaria e
388 que eu estou externalizando para o Conselho é da substituição do modelo de selo
389 de origem florestal para um modelo transitório de GCA Eletrônica, até que o DOF,
390 a partir de dezembro, esteja devidamente implantado. Então, nós sairemos da
391 lógica do selo, que envolve muitas questões de logística, como um contrato
392 específico para o selo, logística etc., o que traz uma série de complicações
393 também na administração, para um modelo que não tem prejuízo do ponto de
394 vista de fiscalização, que é através da GCA transitórias e depois do DOF, através
395 atualmente do sistema CAF e depois para o próprio sistema DOF. Eu queria ouvir
396 também vocês sobre esse ponto.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu queria
397 só tirar uma dúvida. Esse prazo está constando no site, porque está dizendo que
398 ainda não está fechado o prazo, realmente, que não está limitado. Isso é
399 divulgado no site? É esse prazo de 11 de setembro.” Márcio Marques Queiroz/IEF:
400 “Esse prazo de 11 de setembro, logo que o Sinaflor entrou em operação, nós
401 criamos esse período de transição e naquele momento nós achamos que 90 dias
402 seria um prazo pertinente. Por isso foi estabelecido esse prazo de 90 dias, que
403 terminaria agora em 11 de setembro. Durante esse período de transição, nós
404 verificamos que realmente o prazo seria definido em função das customizações
405 que o governo federal se comprometeu a fazer para que o Sinaflor seja o único
406 sistema a ser utilizado. Então, esse prazo de 11 setembro caiu por terra, e nós
407 tomamos hoje como a meta final para conclusão desse período de transição o
408 momento quando entendermos que o Sinaflor possa ser o único sistema de
409 controle. Então, essa data fica indefinida.” Presidente Germano Luis Gomes
410 Vieira: “Em resumo, o que o Márcio está dizendo é que o sistema Sinaflor está
411 valendo e é obrigatório desde 2 de maio. Minas Gerais está fazendo o Sinaflor e
412 está fazendo um processo físico porque está guardando as customizações. Nós
413 entendíamos que 90 dias seriam suficientes. Não são porque são 27 Estados,
414 muitos deles demandando atenção de TI para aquela migração ou de
415 customizações, como no nosso caso. Assim que nós tivermos uma segurança de
416 que as customizações estão prontas e testadas, o IEF virá aqui no Plenário e vai,
417 na sua política institucional, informar a todos os interessados que a partir da data
418 tal apenas o trâmite das intervenções que foram descritas vão ser integrais no
419 sistema Sinaflor.” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Eu gostaria de
420 destacar que a implementação do Sinaflor é um grande avanço. Nós sabemos que
421 o Estado tem o sistema próprio, mas para fiscalização em si, para lidar com
422 situações particulares de Minas e da Federação como um todo, tem hora que fica
423 muito difícil na ponta da linha. Essa adesão é muito bem-vinda do ponto de vista
424 da fiscalização, sem sombra de dúvida. Eu tive contato com o Sinaflor, nós

425 fizemos pequenas operações. E atendeu, pela análise que tivemos, curta. Mas, do
426 ponto de vista de vocês que estão lidando mais na gestão diária, eu acredito que
427 realmente possa ter alguma coisinha necessária a ser adaptada no âmbito,
428 especialmente, de dados. Mas nós aguardamos ansiosamente quando estiver
429 integrado. Para todos do COPAM entenderem, a dificuldade é ter uma gestão de
430 fiscalização interna do Estado, mas por ser um Estado baseado na siderurgia e na
431 produção do aço, temos muito transporte de outros Estados, principalmente da
432 região Norte, trazendo muito produto e subproduto florestal para cá. Então, nós
433 nos deparamos com um dilema, e o dilema hoje não é mais o empreendedor
434 trazendo, como em alguns anos, a ausência do documento de fiscalização. Não é
435 mais esse o cenário que encontramos. Nós os encontramos devidamente
436 licenciados. A questão é como está esse tipo de licenciamento. Quando vem de
437 outros Estados, tendo essa oportunidade de fazer essa consulta ao Sinaflor, eu
438 acredito que o acesso, a facilidade de verificar as informações é bem melhor.
439 Como eu falei, a questão hoje da cadeia produtiva é baseada nessa transição dos
440 créditos. Pelo Sinaflor, dá para controlar o que é gerado na Bahia, por exemplo, o
441 que é movimentado em Minas. Isso é muito importante para nós do ponto de vista
442 da fiscalização, de ter esse acesso, ter essa noção. Aí eu queria fazer um pedido
443 em nome da fiscalização. Do ponto de vista da fiscalização da Polícia Militar de
444 Meio Ambiente, que tenha o nível de acesso tão logo seja implementado o nível
445 de acesso e gestão. Eu tive contato com o sistema, e nós percebemos essa
446 questão de segurança de utilização do token. Eu vi lá realmente, mas é
447 interessante que os órgãos de fiscalização, tão logo esteja plenamente
448 funcionando, tenham também esse acesso para fazer as consultas mesmo na
449 ponta da linha. E uma sugestão que o secretário deu aqui eu achei muito
450 pertinente. Nós estamos em uma era muito tecnológica e nos baseamos na
451 utilização de códigos. Então, a implementação de códigos nesse sistema,
452 operacionalização de QR Codes, que seja, na rodovia ou na cidade, checando
453 com o aplicativo se a assinatura está confirmada ou não, isso é muito bom e
454 otimiza.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Essa é uma das customizações
455 que nós pedimos.” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Com certeza, vai
456 ser essencial, do ponto de vista da fiscalização nós podemos experimentar isso,
457 qualquer um, na ponta de linha, não ficaria restrito a ter determinados níveis de
458 acesso. Diga-se de passagem, é uma implementação excelente, vai ser muito
459 bom do ponto de vista da fiscalização.” Conselheiro Carlos Ernest Dias: “Eu vou
460 aproveitar a palavra para me pronunciar não só sobre o que ele falou, mais
461 baseado em uma questão do setor produtivo, mas também vou tomar a liberdade,
462 secretário, de ler aqui uma breve palavra cumprimentando o secretário Germano,
463 o Dr. Henri, demais componentes da mesa, o Ministério Público, colegas da
464 sociedade civil, representantes do Estado, empresariado e demais autoridades,
465 conselheiros e pessoas presentes. ‘Esta é uma breve palavra de reflexão e
466 ponderação sobre minha passagem por este Conselho e também pelo Conselho
467 Consultivo do Parque Estadual do Ibitipoca como representante da Arpemg,

468 somando oito anos de participação como conselheiro que aqui encerra. Não se
469 trata que aqui citar especificamente esta ou aquela empresa, este ou aquele
470 empresário, este ou aquele gestor, mas, sim, de fazer uma brevíssima e genérica
471 análise sobre como se dão as relações entre o Estado, empresariado, sociedade
472 civil, o que pude observar como conselheiro nos últimos oito anos. Nós da
473 Arpemg, logicamente, não pretendemos medir forças com grandes empreiteiras
474 nacionais ou multinacionais, tampouco eu, isoladamente, como professor
475 universitário, como estudioso da cultura brasileira ou como coproprietário de uma
476 RPPN, pretendo fazer isso. O nosso interesse é fazer com que terras privadas
477 tenham função pública de preservação de rios, solos, mananciais, florestas, fauna
478 e flora. Mineradoras, ao contrário, costumam se apossar de terras públicas e
479 pertencentes ao povo brasileiro para levar adiante seus negócios degradantes,
480 contando com grandes vantagens dadas por governos, políticos e empresários, os
481 quais fazem parte de um antigo compadrio entre governo e iniciativa privada.
482 Aliás, uma característica da configuração social brasileira desde os tempos da
483 colonização. A essas empresas não parece importar o bem-estar humano,
484 ambiental e social da população dos municípios e localidades atingidas por
485 mineração. E sabemos que se pretende implantar esse tipo de negócio na região
486 do Parque Estadual do Ibitipoca. Há nesse distrito uma gama de negócios de
487 turismo consolidado ao longo dos últimos trinta anos. Todas as comunidades
488 serão atingidas e prejudicadas com a chegada da mineração, a exemplo do que
489 ocorreu em Conceição do Mato Dentro. Haverá uma grande alteração na
490 conjuntura socioambiental e socioeconômica da região. E tudo para quê? Para
491 que as elites empresariais nacionais e internacionais tenham seu alumínio e
492 outros metais raros que não têm em seus territórios e que são necessários para
493 fabricação de foguetes, aviões, satélites, smartphones, tablets etc. Este é o setor
494 ao qual costuma se dirigir neste Conselho como setor produtivo. O que este
495 Conselho não costuma considerar é que, além do que é chamado setor produtivo,
496 há muitos outros setores da sociedade que também são produtivos e que
497 produzem alimentos, educação, saúde, ciência, conhecimento, cultura, serviços
498 etc. O problema no Brasil é que temos elites jurídicas, econômicas, políticas e
499 militares que parecem trabalhar apenas em nome da manutenção de seus
500 privilégios e não para o desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e
501 sociocultural do país, desprezando a imprescindível contribuição desses outros
502 setores para uma adequada gestão socioambiental e socioeconômica de nossos
503 territórios (haja vista o que foi citado aqui com relação à Fundação Renova).
504 Portanto, senhoras e senhores, é com tristeza que constato que pouco pude
505 contribuir como representante da sociedade civil nesses Conselhos, pois pude
506 verificar que a sociedade civil não faz parte desse compadrio entre Estado,
507 políticos e empresários. E o que veremos em breve é mais uma região pacífica ser
508 transformada em uma região conflituosa, enquanto noruegueses, ingleses, norte-
509 americanos, franceses, alemães, chineses e coreanos continuam a encher os
510 seus bolsos às custas de um país chamado Brasil, e suas elites. Agradeço pela

511 oportunidade de me pronunciar e dizer que ainda assim foi uma boa experiência,
512 que possibilitou um bom aprendizado. E deixo assim a função de representante da
513 Arpemg no COPAM, a qual deverá ser exercida por outro representante.”
514 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu agradeço sua participação nesta
515 gestão do COPAM. Sinto sua fala como uma despedida, e fica o agradecimento
516 pela sua participação pela Arpemg, registrando que nós defendemos sempre com
517 unhas e dentes a região do Ibitipoca. Eu estive lá duas vezes só neste ano, é uma
518 região pela qual eu tenho um apreço gigantesco, pela maravilha que é. Tanto é
519 importante aquela região quanto, há muito tempo, não se criavam unidades de
520 conservação em Minas, e nós criamos duas nesta minha gestão aqui na SEMAD,
521 acompanhado pelo Henri, no IEF. Foram o Parque Estadual de Botumirim, com
522 mais de 34 mil hectares, e o Parque Serra Negra da Mantiqueira, que é mais ou
523 menos a cerca de 30 km do Parque Estadual de Ibitipoca, onde nós já temos
524 diversos programas de conectividade e corredores ecológicos entre os dois
525 fragmentos, da Serra Negra do Mantiqueira e do Parque Estadual de Ibitipoca,
526 que nós buscaremos formalizar em breve, sobretudo em um novo modelo de
527 corredor ecológico. E posso te garantir que aquela região ali nós sempre
528 defenderemos porque é uma região extremamente cara a todos os servidores do
529 IEF que vivem ali na região, mas também aqui da sede, em Belo Horizonte.”
530 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Em primeiro lugar, eu parabeno pela
531 iniciativa de trazer o sistema para o Estado. Acho que é muito positiva toda
532 modalidade de informatização. E até respondendo à pergunta, eu acho muito
533 vantajoso se pudermos nos livrar do papel-moeda e ficarmos com o sistema digital
534 para o controle. E eu gostaria só de fazer uma pergunta. Tem algumas
535 modalidades de supressão de vegetação, e elas sem ampliam um pouco com a
536 figura da municipalização do licenciamento, que são competências do município.
537 Como o Sinaflor vai se adequar a isso, vai conseguir receber os municípios
538 também ou não?” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Minas Gerais também
539 foi eleita pela Abema como um dos três integrantes da comissão tripartite
540 nacional, que é só governo federal, Estados e municípios. Eu levei essa questão
541 lá, e, de fato, o município também tem prazo de adesão ao Sinaflor, que deve ser
542 dezembro. Então, o município também vai aderir ao sistema Sinaflor. E foi
543 questionado na comissão tripartite qual é a instituição responsável por capacitar
544 os municípios. Resposta: é o próprio Ibama. Então, o Ibama já está atendendo às
545 solicitações individuais de alguns municípios. Eu acho que vai ter poucos
546 municípios que vão realmente tem maciços florestais condizentes com o próprio
547 sistema, mas no modelo que nós estamos dando de autorização eles também
548 poderão utilizar, que também vai trazer transparência e celeridade. A resposta foi
549 essa. Nós iremos repassar para o Ibama todos os municípios que possuem
550 competência originária hoje já cadastradas junto à SEMAD para que o Ibama,
551 então, selecione e faça um programa de capacitação com aqueles. E outros tantos
552 considerados que têm vegetação nativa na sua área urbana e que poderiam,
553 então, fazer esse tipo de autorização poderiam eles mesmos informarem ao

554 Ibama para entrar dentro desse programa de capacitação. São 32 originários e
 555 sete com convênio, atualmente.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu
 556 gostaria, primeiro, de dar os parabéns ao Sisema, SEMAD, IEF, por esse trabalho
 557 feito junto ao Sinaflor. Eu acho que aderir a esses sistemas federais é
 558 extremamente interessante, assim como foi feito no CAR, para evitar alguns
 559 problemas de comunicação, que certamente alguns Estados que não aderiram
 560 podem ter esse tipo de problema. Além disso, eu só queria mencionar que a
 561 Fiemg e o Conselho da Micro e Pequena Empresa ficam satisfeitos com essa
 562 questão de o Sinaflor ser utilizado somente quando todos esses problemas de
 563 migração e de conversa com o sistema federal forem resolvidos, pois nós
 564 estávamos bem preocupados com o fim desse prazo de 11 de setembro, desses
 565 90 dias, em função dos problemas que ocorreram em maio. Então, essa
 566 informação nos deixa bem satisfeitos e mais tranquilos em relação a esse
 567 assunto. E todos esses sistemas certamente vêm para facilitar a nossa vida, já
 568 que só o papel nem sempre é bom e resolve. Então, esse sistema informatizado é
 569 muito importante para o setor produtivo.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:
 570 “É por isso que nós, por segurança, vamos manter o físico e o eletrônico até que
 571 tenhamos a concepção final das customizações para assumir a integralidade do
 572 sistema Sinaflor. Especificamente com relação a essa questão do selo de origem
 573 florestal para migração, alguém tem alguma sugestão, consideração a fazer para
 574 o IEF? Então, muito bem. Não havendo mais questões, eu agradeço ao Márcio
 575 pela apresentação, ao IEF.” **7) TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**
 576 **GOVERNANÇA DECORRENTE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE**
 577 **FUNDÃO. Apresentação: Superintendência de Gestão Ambiental -**
 578 **Suga/SEMAD.** Lyssandro Norton Siqueira, procurador do Estado de Minas Gerais,
 579 fez apresentação do termo de ajustamento de conduta governança decorrente do
 580 rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. O conteúdo da exposição foi
 581 disponibilizado no site da SEMAD. **Debates.** Conselheiro Rogério Pena Siqueira:
 582 “Eu também sou conselheiro do Conselho Consultivo da Fundação Renova, pelo
 583 Estado de Minas Gerais, representando os atingidos, com a intervenção do
 584 Germano e do governador, que nos colocou lá. Eu estou lá há um ano. Quando
 585 ocorreu o desastre, eu me pus pessoalmente para trabalhar com o tema, porque
 586 trabalhei no vale, conheço bastante, sou da área, sou engenheiro civil sanitaria,
 587 estou na Abes, que tem tudo a ver com os nossos vales. E acho que foi a melhor
 588 solução, realmente, a criação de uma fundação para esse fim, e foi muito
 589 inteligente, muito rápida, dentro do calor do que tinha acontecido, e foi, inclusive,
 590 eu acho, a solução possível naquele momento. Mas também tenho algumas
 591 críticas, e uma delas até é que o Brasil é gerido, gerenciado e controlado pelos
 592 advogados e que isso às vezes nos traz para uma outra realidade, que é só a
 593 jurídica. Todos nós tememos a questão jurídica a todo momento e deixamos de
 594 fazer, muitas vezes, por medo. E a construção da Fundação Renova neste ano
 595 que eu estou me decepcionou muito pela efetividade da fundação. Eu acho que
 596 agora está no momento que passou a situação de conhecer e construir as coisas

597 jurídicas e de fazer realmente a reconstrução do nosso rio. Eu penso que nisso
598 tudo tem alguns interesses de lado a lado. Estando lá dentro acompanhando no
599 conselho consultivo, eu sou muito crítico e vejo o interesse das mineradoras, no
600 conselho curador da fundação, de atrasar tudo que for possível, ou seja, de
601 construir um cronograma com o maior tempo possível. Porque isso, em termos
602 financeiros, traz a eles um retorno muito grande. E é bom que a gente pense
603 nisso. Exigir e trabalhar dentro do CIF para que as coisas andem em sejam
604 encaminhadas com efetividade. Eu acho que agora é o momento de trabalhar em
605 relação a isso. Eu acho que a fundação está muito inchada, muita gente batendo
606 cabeça entre elas mesmas, e acho isso interessante ao interesse do capital que
607 está lá. Isso está criado assim lá dentro. Então, eu acho que agora tem que se
608 voltar o foco para a efetividade da fundação. Eu cito até alguns erros técnicos
609 colocados, como eu coloquei no CIF na última vez, que é o caso da adutora de
610 Valadares, um erro técnico e ambiental construindo na forma que está. Eu
611 comprovei isso lá. Eu faço essas críticas no sentido de que a coisa funcione e que
612 efetiva. Eu acho que a sociedade mineira tem que abrir os olhos para isso.”
613 Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “Eu gostaria de deixar a sugestão
614 de item de pauta para a próxima e última reunião do Conselho, para convidar a
615 câmara para fazer uma apresentação do resultado dos trabalhos que já têm sido
616 realizados desde então, e se possível convidar algumas lideranças das pessoas
617 atingidas para saber se estão satisfeitas com o progresso dos trabalhos
618 desenvolvidos.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “O CIF é um colegiado,
619 presidido atualmente pelo Ibama, em que existem diversos trabalhos, que ali já
620 chegam em nível de deliberação. Eu acredito que as Câmaras Técnicas, que hoje
621 são em número de dez, são aquelas que reúnem hoje mais órgãos do que estão
622 representados no CIF, onde de fato os projetos são pensados, escolhidos, eleitos
623 e que saem dali por uma solicitação de deliberação do CIF. Nas Câmaras
624 Técnicas hoje, dentro desse modelo de governança, a sociedade civil tem total
625 acesso. O meu único temor é que nós não podemos inverter o modelo de
626 governança, nós temos agora construído e temos que vangloriar o modelo de
627 governança participativa que já é interna e própria do CIF. Para trazer aqui, não
628 tem problema, como nós já trouxemos. Aí eu convido, desde já, a diretora Patrícia,
629 de uma diretoria que nós criamos na SEMAD de recuperação do Doce, que
630 monitoria em nível estadual todas as ações que são executadas via CIF e via
631 Câmaras Técnicas. Ela faz apresentação de tudo que está em andamento dentro
632 das Câmaras Técnicas, e eu acho que vai surtir mais efeito pelo aquilo que você
633 coloca de sugestão. E o modelo de participação hoje, inclusive, de críticas, nós
634 temos hoje a garantia de total acesso de todos os atingidos ao sistema de
635 governança CIF, lá dentro do modelo de governança CIF. Fica, então, o convite
636 para a Patrícia apresentar aqui na próxima reunião. E uma pontuação na palavra
637 do Rogério. Não é à toa que você foi o nosso indicado para o Conselho, porque de
638 fato nós acreditamos que não faz sentido o modelo burocrático de uma instituição
639 privada que vem justamente com o argumento de não ser burocratizante o

640 sistema. Porque senão os próprios órgãos públicos pudessem assim fazer a
641 execução. Nós temos, através das Câmaras Técnicas, que exigir cada vez mais
642 da Fundação Renova a assertividade nas propostas de cunho técnico. Chega uma
643 hora que são consultorias demais que são contratadas, e nós precisamos de uma
644 posição final sobre aquilo que propõe a Fundação Renova e não aguardar que o
645 poder público dê as respostas. Pelo contrário, quem tem que dar resposta e
646 propor as respostas é a própria Fundação Renova. Então, todos os nossos
647 agentes hoje trabalham na Câmara Técnica com essa premissa, com essa diretriz
648 de exigir posturas mais assertivas da fundação. Isso é um papel que nós fazemos
649 via sistema de governança CIF. Agora via corpo interno da Fundação Renova, via
650 os seus conselhos, sobretudo o conselho consultivo, também temos que fazer
651 esse trabalho internamente para que eles tenham mais assertividade e uma
652 estrutura mais enxuta, pragmática, para as respostas que eles têm que dar e que
653 são imediatas. Nós não podemos esperar mais, estamos chegando a três anos do
654 acidente e precisamos avançar ainda mais nas respostas da fundação.”

655 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Só um exemplo do que eu estou vivendo lá.
656 Uma contratação da Fundação Renova, seja ela qual for, demora um ano e meio.
657 Isso é impossível, a fundação foi feita para ter agilidade. Uma contratação de um
658 serviço, de uma obra, demora um ano e meio. E são várias. Então, eu vejo
659 interesse de atraso por causa de questões econômicas. Quanto mais você
660 estende um cronograma de R\$ 20 bilhões, põe juros nisso. Indo além, ‘se der
661 algum problema, e eu não tiver que fazer, pelo menos eu gastei menos’. Está
662 trazendo essa visão geral. Eu, dentro do conselho, tenho que trazer para fora do
663 conselho, para dentro da Renova, e é isso que eu tenho feito lá.”

664 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Rogério, o que eu gostaria de externar para
665 você é que eu, como cidadão e também com raízes familiares naquela região –
666 não do Doce, mas próximo à Samarco –, a sensação é exatamente. E eu acho
667 que a sensação que as pessoas, a sociedade, estão tendo como um todo é
668 exatamente o que você conseguiu, de maneira concisa, expor para este Conselho.
669 Ou seja, está tendo muito projeto, muita discussão e pouca efetividade e pouco
670 retorno efetivo para aquelas pessoas que foram atingidas e na recuperação do
671 problema. Ou seja, está aquém do que realmente a sociedade espera que seja
672 feito. Você conseguiu, de uma maneira brilhante, expor isso, e eu acho que tem
673 que ter um empenho tanto do Estado de Minas Gerais quanto dos órgãos que se
674 fizeram representar para elaborar o documento, dentre eles a Advocacia, o
675 Ministério Público, para que as boas ideias que ali foram colocadas se tornem
676 cada vez mais efetivas. Eu sei que o problema é grande, os impactos foram
677 enormes, mas é muito fácil para nós, sentados dentro de gabinetes às vezes com
678 ar-condicionado, decidirmos o que vai acontecer ou como vai acontecer em
679 relação à vida daquelas pessoas que sofreram e estão sofrendo na pele as
680 consequências desse acidente. Três anos para nós pode ser algo razoável, eu
681 acho que para quem perdeu de forma objetiva parte da sua vida é um tempo
682 inimaginável. Eu não quereria estar há três anos na situação daquelas pessoas.

Então, como nós temos um papel mais burocrático e de alta gestão, por estarmos no principal conselho de gestão no meio, eu acho que nós temos que ter maior sensibilidade para fazer com que todos os recursos dispendidos e o que vier a ser dispendido cheguem de uma maneira mais efetiva e promovam ações a melhorar e a minimizar todo o sofrimento que esse acidente ocasionou no Estado de Minas, no Estado do Espírito Santo e no Brasil.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu faço das suas as minhas palavras. Já melhorou muito, mas ainda tem muito que melhorar nessa atuação assertiva da fundação. Geralmente quando se começa uma empresa, uma grande instituição, a gênese dela é de crescimento. Nunca você começa uma empresa do zero. E pela primeira vez nós tivemos uma constituição de uma instituição desse porte do zero. As coisas estão se assentando e agora eu acho que, com a experiência adquirida, a tendência – e aí nós estamos lá para fiscalizar mesmo a partir das Câmaras Técnicas – é que isso realmente melhore ao longo dos meses.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só mais uma observação. Como diz o procurador-chefe da área de Meio Ambiente, nem na União nem no Estado existe uma estrutura especializada em recuperação de desastres. Mas eu acho – e não sei se já está sendo feito – que todo o conhecimento e todo o repositório de informações advindo desse acontecimento deveria estar sendo bem trabalhado e bem estruturado para que futuramente tenhamos um banco de dados e informações necessárias. Porque, como deixou claro o Julio, esperamos que não, mas certamente virão outros desastres. Não sei se dessa dimensão ou menores. Eu acho que nós temos que usar de toda informação, de todo o conhecimento adquirido.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “O sistema de governança do CIF é um exemplo não só para o setor da mineração, mas para qualquer tipo de setor. É um modelo inovador, realmente, inclusive em aspectos mundiais, sobre a forma como nós estamos lidando com o acidente aqui. Eu tenho certeza de que, se ele for exitoso, será um case para qualquer um de nós que estamos vivendo isso hoje, que possamos explorar do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista de inovação e exemplos de políticas públicas, de atuação do poder público mundo afora. Eu queria pontuar dois exemplos da Fundação da Renova. Por exemplo, a questão do licenciamento do novo Bento Rodrigues. Foi um licenciamento que, por atuação da SEMAD e da Superintendência de Projetos Prioritários, nós fizemos o licenciamento em pouco mais de um mês, sendo que a todo momento havia o questionamento ‘por que o novo Bento não saiu?’. E as argumentações eram ‘porque estamos aguardando o Meio Ambiente’. Aguardando o Meio Ambiente nada, não tinha sequer o projeto protocolizado para se fazer a análise técnica. Até que eu destaquei os técnicos para fazer um trabalho preventivo na própria elaboração do projeto, que na época tinha sido feito sem respeitar as próprias posturas urbanísticas que deveriam ser descritas para o terreno. Isso é um exemplo de que às vezes nós precisamos ser mais assertivos, às vezes até fugir dessa nossa ótica apenas de comando e controle e ir lá a campo, ajudar, evitar que as coisas cheguem a um cenário de que não acontece, e depois, como comentou o Dr. Lyssandro, dizer ‘não

726 aconteceu porque não foi minha culpa, porque não era eu'. Quem perde, de fato, é
727 a sociedade. Recentemente, também temos aqui um exemplo vivo do Wesley.
728 Nós tivemos lá em Barra Longa algumas casas que foram identificadas com
729 problemas estruturais, na ordem de mais ou menos 30 residências, em que se
730 queria contratar um laudo – não sei se foi feito –, e cada laudo para cada casa
731 custava R\$ 9.000, sendo que o reparo da casa sairia às vezes um quinto desse
732 valor. Era só acreditar na autodeclaração da pessoa que estava lá, ir lá e reformar
733 a casa. Tem exemplos do dia a dia que nós podemos listar uma série, mas para
734 deixar o Conselho tranquilo que nós estamos lá com a representatividade em
735 maioria das Câmaras Técnicas, no Conselho Interfederativo, para cobrar, para
736 monitorar, mas também para ajudar. Eu digo que o sucesso do termo de
737 ajustamento de conduta é almejado por todos os signatários, e a Fundação
738 Renova não é signatária, ela é executora. Então, para dar certo, eu quero que a
739 Renova tenha êxito, porque é sinal de que o próprio termo de transação e
740 ajustamento de conduta deu certo. E nós assinamos, os governos assinaram, as
741 empresas assinaram, a sociedade civil hoje participa. Então, a responsabilidade
742 por dar certo hoje é de todos nós.” Conselheiro Wesley Antônio Tadeu Monteiro
743 Cantelmo: “O secretário Germano já colocou 95% do que eu diria aqui. Mas só
744 para destacar também, eu tive até oportunidade de participar do processo de
745 construção do TTAC. Então, naquele momento em que se pensava muito nessa
746 atuação do Estado enquanto membro do CIF, enquanto coordenador de Câmaras
747 Técnicas, uma atuação de comando, de controle, de fiscalização, e a prática foi
748 nos ensinando que precisávamos ir além, que é a orientação cotidiana. Hoje
749 diversos técnicos dos governos têm boa parte de seus tempos tomados com essa
750 atividade, voltada à orientação e nesse contato na qualificação dessas ações junto
751 ao atingido. E aí destacando não só o papel dos técnicos do Estado, mas a
752 articulação necessária com o Ministério Público, com os próprios atingidos. Isso
753 tem sido muito importante. Nós também somos agentes dessa crítica ainda das
754 falhas que percebemos na atuação da Fundação Renova, mas é um grande
755 aprendizado para todos. E a cada dia nós vamos nos esforçando para melhorar
756 esse processo, que ainda é bastante latente a urgência dessas pessoas em toda
757 a calha do rio Doce.” Lyssandro Norton Siqueira, procurador do Estado de Minas
758 Gerais: “Só para me despedir dos colegas de mesa, dos demais presentes, dos
759 conselheiros, mas também para concordar com tudo que foi falado pelos senhores
760 quanto à morosidade de atuação da Renova, a necessidade de se ouvir os
761 atingidos e até com relação às questões de praticidade, de colocar em prática
762 tudo que foi alinhado do ponto de vista jurídico. Eu tenho as minhas limitações,
763 porque sou só procurador de Estado. Mas eu espero que esse modelo, que foi
764 juridicamente construído, seja colocado em prática. A ideia foi de operacionalizar,
765 é óbvio que uma fundação criada para dar resposta rápida não pode demorar um
766 ano e meio para fazer uma contratação. Eu não sei qual contratação era essa,
767 mas eu te garanto que um ano e meio é muito mais rápido que uma contratação
768 pelo poder público, se tivesse o Estado que fazer uma licitação para contratar,

769 com todas as impugnações. O Wesley está aqui e participou, de fato, junto com o
770 secretário Tadeu Leite, no sentido de organizar os municípios que foram atingidos.
771 Um papel muito importante da Sedru. Com relação à Renova, desde maio de 2016
772 que esse TTAC se encontra sub judice. Ou seja, não o TTAC, mas a sua
773 homologação foi questionada, foi suspensa a homologação. E houve muita
774 coragem dos signatários de tocarem – tanto o CIF quanto a Fundação Renova, a
775 empresa, o poder público – um acordo que não teve homologação judicial.
776 Coragem das duas partes de fazerem tudo até hoje, até agosto de 2018, com
777 base em um título extrajudicial. Agora nós temos um título judicial, com outros
778 signatários que podem dar força e talvez mais celeridade à Renova. Eu espero
779 que as inovações na Renova, com ampliação de conselho consultivo, um sistema
780 mais arejado, possa dar mais celeridade e não mais polêmica. E com relação à
781 efetividade, conselheiro Gustavo, é claro que precisa de mais efetividade e mais
782 celeridade nessas questões, mas eu acho que tem faltado ao CIF dar maior
783 publicidade e visibilidade para aquilo que já está sendo feito. E são muitas as
784 ações já concretizadas e talvez algumas que não sejam por nós vistas a olho nu.
785 E algumas supercomplexas. Eu vou mencionar dois exemplos. É preciso
786 recuperar área de preservação permanente no rio Doce. Recupera-se a área de
787 preservação permanente, e o produtor rural – alguns – que nunca preservou essa
788 APP não concorda com aquele replanto. E aí? Temos um problema. A Renova
789 executa o plantio, e o produtor, que é o dono da terra, diz ‘eu não concordo com
790 esse plantio aqui’. Então, já tem um primeiro problema de execução. Outro: é
791 preciso retirar os milhões de metros cúbicos de rejeitos da barragem da Usina
792 Hidrelétrica Risoleta Neves ou Candonga. Ótimo, tem que retirar. Primeira
793 indagação: como retirar? ‘É preciso contratar uma draga que não existe no Brasil.’
794 Contrata-se a draga. Precisa chegar com a draga, a draga não passa. ‘Por quê?’
795 ‘Porque é proibido o trânsito de draga no município X’. Ou seja, afasta-se esse
796 impedimento jurídico. Depois: ‘O imposto para circulação de draga no município
797 aumentou’. E depois: onde colocar? Vai colocar em um determinado local
798 licenciado pelo Estado, esse local foi tombado por um dos municípios, e não tem
799 como colocar ali mais. Então, são várias as questões jurídicas, infelizmente, que
800 acabam atrasando um pouco as ações, mas eu acho que o CIF poderia. A sua
801 iniciativa na reunião de dezembro, Germano, é notável e de dar publicidade a
802 essas ações. Muito obrigado pela paciência dos senhores, e fico à disposição para
803 um retorno aqui.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só uma fala
804 final, porque ele comentou a questão das áreas de APP, que foi uma questão que
805 chegou a mim em relação à atitude da Renova. Que a Renova estava pegando
806 para refazer o CAR de todos os atingidos e dos outros pequenos produtores rurais
807 e contabilizando já áreas de APP existentes como número, para apresentar
808 número. Não adianta apresentar número, tem que se ter efetividade in loco. E o
809 modus operandi certo ou errado, mais hora, menos hora, a própria sociedade
810 vislumbra isso de uma maneira muito clara. Se determinada entidade está agindo
811 só para produzir número, querendo ou não, isso vai saltar aos olhos. Na semana

812 passada, isso chegou a mim, 'os topógrafos contratados estão simplesmente
813 fazendo número' ao invés de realmente promoverem uma recuperação efetiva.
814 Então, eu acho que são cuidados que precisam ter e essa atitude proativa do
815 Estado para resolver o problema.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em
816 dezembro, então, nós traremos aqui, e vocês vão ficar surpresos também às
817 vezes com questões técnicas extremamente delicadas e que merecem chegar ao
818 conhecimento de todos vocês, como por exemplo o plano de manejo de rejeitos.
819 Enfim, tem muito trabalho pela frente.” **8) SISTEMA DE CONSULTA DE**
820 **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. Apresentação: Subsecretaria de Gestão Regional**
821 **(Suger/SEMAD).** Foi apresentado por Diogo Soares de Melo Franco e Breno
822 Esteves Lasmar o sistema de consultas e requerimento de audiências públicas de
823 processos de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades no
824 Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da
825 SEMAD. **Debates.** Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Só uma dúvida. Na
826 aba que disponibiliza o EIA, é possível no sistema ter vários links onde possa ser
827 disponibilizado? Porque de acordo com a DN, se eu me lembro, nas prefeituras
828 tem que estar disponível. Então, nesse link, poderá estar disponibilizado em vários
829 sites, vamos dizer assim?” Breno Esteves Lasmar/SEMAD: “No site, no sistema
830 de requerimento, nós vamos colocar para que o empreendedor disponibilize o seu
831 site institucional, ou a recomendação que nós estamos dando é para usar
832 ferramentas como o Google Drive ou outras similares que possam possibilitar
833 esse download dos estudos do empreendedor. Não o exime da manutenção dos
834 estudos ambientais nas demais localidades que estão definidas em regra. É mais
835 um acesso facilitado à sociedade para baixar os estudos.” Anderson Silva de
836 Aguilar/SEMAD: “Permita-me fazer uma complementação. Nós estamos montando
837 um novo sistema de licenciamento para o Estado de Minas Gerais. Vai ficar
838 concluído agora em dezembro, começa a fase de teste, e vai ser disponibilizado
839 para toda a sociedade. Neste novo sistema, os estudos que serão apresentados,
840 ficar disponível um link da SEMAD, do Sisema, o que não dispensa de ter um link
841 também, para a sociedade fazer acesso, da prefeitura, da própria empresa e de
842 outras associações que fazem parte dos locais com o EIA/Rima ou outro estudo.
843 Lembrando que a norma traz que pode ser outro estudo também. E vai ser
844 disponível para a audiência pública.” Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva
845 Carneiro: “A minha dúvida é se, no caso dos processos licenciados também nas
846 prefeituras que têm autorização, serão disponibilizados dentro do sistema. Caso
847 negativo, eu gostaria de deixar a sugestão de municípios, por exemplo, como
848 Betim e Belo Horizonte, que licenciam empreendimentos até classe 5, para poder
849 integrar também com o sistema local das cidades.” Breno Esteves
850 Lasmar/SEMAD: “No momento, nós desenvolvemos a ferramenta buscando
851 identificar uma necessidade da própria SEMAD. Caso as áreas de negócio
852 entendam que seria possível entender, como o senhor já deixou a recomendação,
853 vai ficar a critério dessa avaliação.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “De
854 fato, estamos satisfeitos com algo também simples de se fazer, mas de um

855 alcance extraordinário. E que, inclusive, a sociedade possa participar. Entrem no
856 sistema para ver quantas audiências públicas têm aberto para poderem ir lá e
857 participar. Às vezes, nós temos que sair do discurso fácil, porque realmente as
858 pessoas têm condições de participar, sim. O que está faltando não é nem o direito
859 a participação nem de acesso à informação, está faltando mais é educação
860 ambiental, juízo de valor, consciência crítica. E isso é uma outra formação.” **9)**
861 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
862 Germano Luis Gomes Vieira agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
863 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

864
865 **APROVAÇÃO DA ATA**
866
867

868 **Germano Luis Gomes Vieira**
869 **Presidente do COPAM**